

En Daminelli, Camila Serafim., Zaluski, Jorge Luiz. y Arend, Silvia Maria Fávero., 2 *Jornada Catarinense de História da Infância e Juventude: infâncias e juventudes no tempo presente*. Florianópolis (Brasil): Editora da UDESC.

## **A fala do invisível: o menor no Patronato Agrícola de Anitápolis/SC (1918- 1930).**

Boeira, Daniel Alves.

Cita:

Boeira, Daniel Alves. (2018). *A fala do invisível: o menor no Patronato Agrícola de Anitápolis/SC (1918- 1930)*. En Daminelli, Camila Serafim., Zaluski, Jorge Luiz. y Arend, Silvia Maria Fávero. 2 *Jornada Catarinense de História da Infância e Juventude: infâncias e juventudes no tempo presente*. Florianópolis (Brasil): Editora da UDESC.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/danielboeira/12>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pt3W/cHZ>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.  
Para ver una copia de esta licencia, visite  
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

*Acta Académica* es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. *Acta Académica* fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

## **A FALA DO INVISÍVEL: o menor no Patronato Agrícola de Anitápolis/SC (1918-1930)**

**Daniel Alves Boeira**<sup>1</sup> **Resumo**  
dboeira@yahoo.com.br

**Palavras-chave**  
Patronato Agrícola;  
História da Infância e Juventude brasileira;  
Educação Infantojuvenil na Primeira República.

Nesta comunicação analisarei os discursos e as experiências relativas aos meninos e jovens do Patronato Agrícola de Anitápolis, situado no Estado de Santa Catarina, entre 1918 e 1930. Através dos relatórios dos funcionários enviados ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e dos prontuários dos internos procurarei traçar um perfil das relações e da estrutura oferecida para a finalidade educacional e regenerativa desta menoridade. Amparado em Michel de Certeau e Michel Foucault, o referencial teórico destes embasa a análise sobre disciplina, discursos e experiências sobre estes sujeitos. A pesquisa é parte da minha dissertação de mestrado em História, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina em março de 2012. A importância da mesma para o tempo presente é o processo discursivo desde aquele período em dar uma utilidade a esta parcela da população e posteriormente mostrar o protagonismo infantojuvenil na sociedade brasileira.

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Os Patronatos Agrícolas, implementados em vários estados do Brasil, foram uma das mais importantes ações do governo da Primeira República na área das políticas sociais infantojuvenis, até a instituição do Código de Menores de 1927. Essas instituições educacionais foram criadas visando à socialização, sob a ética do trabalho agrícola, das crianças e dos jovens oriundos das camadas populares urbanas (principalmente do Rio de Janeiro), considerados pelas autoridades policiais e judiciárias como delinquentes juvenis.<sup>2</sup>

O Patronato Agrícola de Anitápolis foi criado em 1918, nos moldes da época (liberal e modernizadora), pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC). O projeto de um Brasil moderno, voltado à ideologia do trabalho, no caso do patronato, do trabalho agrícola, direcionava iniciativas a uma parcela específica de menores, os vagantes nas ruas e os jovens “perniciosos”, os chamados delinquentes juvenis dos grandes centros urbanos.

Em termos gerais, os Patronatos Agrícolas foram:

(...) investimentos voltados para a formação de trabalhadores a partir de concepções fundadas nos conhecimentos científicos, objetivando uma agricultura racionalizada; foram inscritos, também, enquanto um dos meios de intervir sobre os setores pobres da sociedade, concorrendo para a modernização social e cultural. (OLIVEIRA, 2003, p. 24)

O decreto n. 12.8934, do dia 28 de fevereiro de 1918, criou o Patronato Agrícola de Anitápolis, situado a mais ou menos 100 km da capital catarinense, entre a Serra Geral e o litoral (BRASIL, 1919). A instituição teve sua trajetória marcada pela inclusão de menores vindos do Rio de Janeiro. As condutas destes menores,<sup>3</sup> associadas à vivência com os funcionários permearam as relações de poder e as sociabilidades dos sujeitos entre si e com a população do núcleo colonial.

Os Patronatos Agrícolas eram instituições com dupla finalidade, educacional e correccional, com vistas a instruir os internos para a civilidade

e para o trabalho. Neste contexto, tais instituições se situavam no “fio da navalha”, entre perspectivas que buscavam torná-las espaços de formação profissional (lapidar o trabalho precarizado da força braçal, especificamente, o lavrador) e de prevenção e/ou gestão dos riscos e da periculosidade. As artes liberais de governar a vida, conforme indicou Michel Foucault, tecem novas práticas de normalização que instituem demandas e propiciam impasses distintos para as escolas das clássicas tecnologias disciplinares de poder (FOUCAULT, 1987).

Durante o período de funcionamento do Patronato Agrícola de Anitápolis, anualmente, o número de crianças e adolescentes atendidos variava entre 100 e 180 internos. A idade mínima para o ingresso era de nove anos, e aos 18 eram desligados da instituição. Muitos deles, após seu desligamento, voltaram para as cidades de origem, para reencontrar seus parentes. Alguns poucos ficavam em Anitápolis, dando continuidade ao que lhes fora ensinado, ganhando lotes de terras como “recompensa” por terem apresentado bom comportamento.

A menoridade atendida era somente de meninos, em sua maioria oriundos do Rio de Janeiro, alguns poucos de outras localidades, como Florianópolis e região. O encaminhamento para os patronatos em geral era por seleção, em instituições como a Casa de Detenção, o Depósito de Presos, a Escola de Menores Abandonados, a Colônia Correccional de Dois Rios e Escola Premonitória Quinze de Novembro, localizadas na cidade do Rio de Janeiro, capital do país naquele período (VIANNA, 1999, p. 56). Outros menores eram apanhados nas ruas ou encaminhados a instituições por solicitação dos pais e/ou dos tutores.

Através da documentação, é possível constatar a credibilidade do Estado em relação ao sistema adotado pelos patronatos agrícolas, que representavam a valorização extremada da educação pelo trabalho, neste caso, agrícola. Um grande número de proventos era exigido para a manutenção da instituição, em parte fornecido pelo próprio Núcleo Colonial Anitápolis,<sup>4</sup> que chegou a ser, segundo informações dos relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, um dos mais promissores do Brasil.

2 O termo delinquente juvenil consta dos documentos pesquisados. O uso do itálico será mantido quando forem utilizados termos que constam da documentação, como no caso das Leis, Decretos e demais documentos referentes aos patronatos, aos menores e aos adjetivos empregados para designá-los na época.

3 Os delinquentes juvenis eram chamados de menores, sob o ponto de vista jurídico do período pesquisado.

4 A monografia “Os dez primeiros anos do Núcleo Colonial Anitápolis (1907-1917)”, faz o estudo sobre a criação e manutenção desta localidade sob tutela da União, como uma das últimas tentativas de imigração para preenchimento territorial de terras consideradas “desocupadas” em Santa Catarina. Cf. BOEIRA, Daniel Alves. Os dez primeiros anos do Núcleo Colonial Anitápolis (1907-1917). Monografia (Graduação em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

Os menores que vinham para o Patronato Agrícola de Anitápolis passavam por uma desgastante viagem, desde o Rio de Janeiro até a chegada à hospedaria de imigrantes, em São José, de onde seguiam viagem em carroções ou muitas vezes faziam o trajeto até o núcleo colonial a pé. Esse processo de traslado era mais que um processo físico, pois o desgaste era também emocional e psíquico. Trazer crianças e adolescentes pobres na faixa etária de 09 a 14 anos, em sua maioria longe da sua casa, sem contato com seus pais e/ou responsáveis, deixava-os desorientados na adaptação inicial a esta nova realidade.

Neste artigo é dada maior ênfase às relações de sociabilidade existentes entre os internos no Patronato Agrícola e destes com o Núcleo Colonial, sendo o presente trabalho um fragmento de minha dissertação intitulada “‘Uma solução’ para a minoridade na Primeira República: o caso do Patronato Agrícola de Anitápolis/SC (1918-1930)” defendida em 2012, em que evidencio o protagonismo juvenil dos internos.

## O interno do Patronato

A “escolha” dos internos deste Patronato não era diferente da seleção para os outros patronatos instalados em diversos estados da federação. O maior “trunfo” do Estado nesta seleção era o olhar policial, que através do exercício cotidiano de sua função, definia qual criança ou adolescente se encontrava na condição marginal de abandono, sendo a rua o seu grande tribunal (BOEIRA, 2009, p. 38). O discurso policial e o jurídico entendiam como elementos causadores do abandono de crianças e jovens a desorganização familiar, a negligência e a incapacidade dos pais, causadores, em última análise, da criminalidade infantil. Essa concepção que atribuiu à família a tarefa de educar nos bons costumes pressupunha um lar tranquilo, onde houvesse exemplos de harmonia. Existem evidências de uma estreita ligação entre judiciário, polícia e instituições, como asilos, orfanatos e prisões, projetando no imaginário as normas reguladoras das relações sociais que deveriam ser acatadas pela maioria da população. Esse “acatamento”, talvez se devesse ao fato de a maioria da população ser analfabeta e, conseqüentemente, não conhecedora de seus direitos.

A polícia, no exercício do controle, incidia sua “baixa tolerância” sobre determinados segmentos da sociedade, mantinha imposições e normas sobre a população, que começava a internalizar aos poucos essas condutas impostas como “normais” e “verdadeiras”. O mesmo se pode dizer dos entendimentos de abandono e decretação da perda do pátrio poder ou tutela sobre menores.<sup>5</sup>

A imediata ação da polícia era o estratagema mais adotado, as prisões eram a forma mais eficaz, rápida e sucinta. O procedimento usado para os menores era praticamente igual ao adotado para os adultos. O menor acusado praticamente não falava, apenas informava seus dados pessoais, sobre os quais não havia averiguação. O discurso do agente policial que efetuava a prisão era praticamente igual em vários processos: “vagava pela rua em completa ociosidade, sabe da ciência própria que é vadio, não tem profissão nem arte ou fortuna própria, vive de pequenos furtos” (BULCÃO, 1992, p. 77). Ainda que a observação possa não ser exatamente fidedigna, pode-se supor que esses qualificativos tenham sido incorporados pelos supostos infratores, isto é, estes se viam muitas vezes, como as próprias autoridades os viam. Em alguns casos, as palavras eram modificadas ao adjetivar-se o vadio como ébrio, ladrão ou desordeiro.

O processo era rápido, pois uma vez instaurado, o menor acusado era imediatamente preso, recebia a nota de culpa, muitas vezes escrita pelo próprio delegado, que devia ser assinada pelo menor ou responsável (pai, mãe ou tutor). Em alguns casos, o acusado tinha 24 horas para sua defesa. A estes menores, o Estado provinha curadores, nomeados pela autoridade policial, uma vez que a lei garantia assistência jurídica.

Muitas vezes, a polícia realizava capturas e coagia esses indivíduos a mudarem de cidade e até de estado da federação. A forma violenta na condução e detenção era relatada nos procedimentos policiais como a única forma “viável”. Eram vários os agentes do judiciário envolvidos no processo de captura, escolta e custódia dos menores até os patronatos, e também no interior destes, com diferentes funções: Delegado, Juiz de Direito e Diretor do Patronato, subordinado à Diretoria-Geral do Serviço de Povoamento, departamento subordinado ao MAIC.

O traslado dos menores para os patronatos se dava pelas mais diversas formas. O ingresso era

---

5 Morelli atesta que, em muitos “casos de abandono”, os processos não eram propriamente de abandono total; normalmente se recorria ao juiz (em muitos casos no interior) somente para a oficialização de uma situação vigente, ou seja, quando se abria o processo de pedido de tutela, o ‘menor’ em questão já vivia com o possível tutor”. Cf. MORELLI, Ailton José. A criança, o menor e a lei: uma discussão em torno do atendimento infantil e da noção de inimputabilidade. Dissertação (Mestrado em História), UNESP, Assis, 1996, p. 144.

feito pelos distritos policiais de diferentes maneiras: voluntariamente, o que ocorria em alguns casos; a mando dos pais, sem controle sobre os filhos; após captura nas ruas pelos guardas ou similares; via instituições penais (delegacias e prisões, por exemplo). O distrito policial geralmente era a primeira etapa da viagem até o patronato agrícola ou algum outro estabelecimento situado no Rio de Janeiro, como a Escola Premonitória Quinze de Novembro. O destino do menor era definido quando iniciava a viagem. Eram divididos em grupos e reunidos por características significativas, como idade, cor, sinais e condições físicas - classificações feitas pelo então Corpo de Investigação e Segurança Pública do Distrito Federal ou pela própria Polícia do Distrito Federal.

O papel da polícia do Rio de Janeiro era fundamental, pois determinava os procedimentos para o ingresso nos patronatos agrícolas e “era respaldado por várias instituições, as quais aportavam algum suporte que viabilizava a intermediação que ela implementava” (OLIVEIRA, 2003, p. 69). Enquanto aguardavam o ingresso em algum patronato, os menores eram encaminhados para instituições como a Casa de Detenção do Distrito Federal, a Casa de Preservação do Patronato de Menores, o Depósito de Presos, a Escola de Menores Abandonados e a própria Escola Premonitória Quinze de Novembro, citada anteriormente. Nos casos de menores com problemas de saúde, pouca idade ou do sexo feminino, outras instituições serviam como locais de espera: Hospital São Zacharias, Hospital Nacional de Alienados, Asilo Bom Pastor e a Casa dos Expostos, que ficavam na cidade do Rio de Janeiro.

A polícia do Rio de Janeiro, no ofício número 1.922, do Corpo de Investigação e Segurança Pública do Distrito Federal, em 23 de março de 1918, registrou a inserção dos patronatos na sua rotina. Essas instituições eram incorporadas como alternativas às casas de detenção, quando a legislação prescrevia a separação entre menores e adultos, e também para o tratamento dispensado pelos agentes encarregados da ordem e da repressão, como podemos notar no ofício do Inspetor endereçado ao Delegado Aurelino Leal, chefe de polícia:

Tenho a honra de fazer apresentar a V. Ex. os menores inscritos na inclusa relação, os quais foram detidos por agentes desta Inspetoria, quando vagavam pelas ruas desta capital, faltos de assistência, sendo certo que

alguns deles, embora tenham pais ou parentes, por estes não foram procurados, apesar do aviso que lhes foi dado.

Tratando-se, pois, de menores abandonados, alvitro a V. Ex. a sua internação em um dos patronatos agrícolas em organização, aguardando, na Casa de Detenção, onde serão alojados em local especial, por medida do respectivo Diretor, com quem a esse respeito conferenciei ontem, que algum dos referidos Patronatos fique em condições de recebê-los, o que não demorará, segundo estou informado. (ARQUIVO NACIONAL - Fundo IJ6 (663))

Nos primeiros anos, os patronatos agrícolas, instalados em diversos estados brasileiros, receberam um maciço volume de menores, advindos principalmente por intermédio da polícia e suas inspetorias. Para Oliveira, “a própria polícia tomava a iniciativa de encaminhar menores para os patronatos agrícolas” (OLIVEIRA, 2003, p. 90).

Notamos um fato inusitado na documentação: mesmo havendo possibilidade de se inserir elementos juvenis da região no Patronato de Anitápolis, desde sua criação, somente em 1926 foram aceitos menores de Florianópolis. Não obstante, em 1922, o delegado do Serviço de Povoamento do 9º Distrito designava que tinha “autorizado a mandar internar no Patronato Anitápolis o menor Romeu Charmeszky, aí residente, conforme requereu o pai do aludido menor” (ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº. 4293). Essa atitude provavelmente corresponde a uma exceção, pois os menores em idade para ingresso no Patronato Agrícola, que residiam em Anitápolis e região, acompanhavam os pais no trabalho agrícola, quando não estavam no horário escolar.

### **Vigilância, sociabilidades e protagonismo juvenil**

A educação estabelecida no patronato agrícola tinha a expectativa de revogar as tendências criminosas pré-existentes ou adquiridas pelas crianças e adolescentes, modificando as influências ditas perniciosas ou maléficas que o meio constituía. A remoção, associada ao distanciamento geográfico dos lares, e a educação destes, possibilitaria superar tendências viciosas, incorporadas pelas influências socioeconômicas ou hereditárias do meio do qual eram provenientes. O internamento era destinado à regeneração ou à preservação social do menor.

Não deveria ser visto como castigo, mas, nos moldes higienistas, como medida saneadora e de prevenção social para protegê-lo dos males que a sociedade impunha (abandono, vadiagem, mendicância, prostituição, criminalidade e alcoolismo).

O teor pedagógico apresentado nos discursos de prevenção e regeneração seria o responsável por realizar a transformação do menor, cabendo às instituições escolares esta responsabilidade; e, no nosso caso, aos patronatos cabia instituir a regeneração moral e física das crianças e jovens através de práticas educativas, higiênicas, moralizantes e disciplinares, direcionando-os ao trabalho (agrícola).

A instrumentalização legal que regulamentava o *modus operandi* dos patronatos agrícolas registrava os objetivos de *educar e regenerar*. As finalidades atribuídas aos patronatos agrícolas englobavam o perfil institucional entre dois modelos: “o escolar - voltado para o ensino profissional, educando para o trabalho agropecuário - e o correccional - regenerar por meio da vida no campo com a predominância da reclusão e da ênfase nos aspectos disciplinares”(OLIVEIRA, 2003, p. 33).

As normas estabelecidas pelo diretor refletiam as estratégias do Estado em práticas educacionais aplicadas aos jovens alunos, fosse pela instrução ou pela correção destes sujeitos. As relações de poder mostram as posições dos personagens em questão: de um lado, o fabricante da disciplina, com uma gama de instrumentos - “o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que é específico, o exame” (FOUCAULT, 1987, p. 142). Do outro lado, o que seria o “produto final” - jovens infratores que, mediante esta relação de forças, impunham suas táticas e astúcias de maneira que aproveitavam “as ocasiões e delas depend[iam], sem base para estocar[em] benefícios, aumentar[em] a propriedade e prever[em] saídas” (CERTEAU, 1994, p. 100).<sup>6</sup>

O “educar” no patronato diferia da escola e do ensino ditos tradicionais. Seu corpo funcional ensinava aos alunos, além das disciplinas regulares, outras relativas à prática agrícola e ao ensinamento de ofícios, como selaria, ferraria e sapataria. As atividades relacionadas à agricultura consistiam no acompanhamento de todo o processo de produção, desde a derrubada da mata, o plantio, os cuidados da lavoura e a colheita, além da criação de diversos animais, como porcos, galinhas, cavalos, bovinos, entre outros. A par das noções de agrotecnia e veterinária, o ensino ministrado ainda incluía a

educação cívica, aos moldes da educação militar, particularmente atento às noções de ordem, civismo e autodisciplina.

Os professores do Patronato Agrícola de Anitápolis faziam relatórios sobre o movimento escolar aos seus superiores. A rotatividade dos alunos era constante, como mostra o relatório referente a fevereiro de 1922, que informa que haviam sido desligados dez educandos no mês, alguns deles porque fariam o curso complementar em outro Patronato (ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Relatório mensal apresentado em 16 de março de 1922).

No relatório médico (Ofício nº 185, de 04 de outubro de 1919) sobre a prestação da assistência no patronato, notamos um parágrafo, em especial, sobre o número de consultas. O médico constatou que o estado sanitário dos menores era satisfatório; em contrapartida, ocorreu um número excessivo de consultas, pois muitos rapazes teriam comparecido à consulta por motivos “banais”, com leves contusões ou simples escoriações, enquanto outros voltavam às consultas com as mesmas contusões (ou escoriações) por várias vezes. Um subterfúgio que poderia ser utilizado pelos menores, pois eram nos relatórios médicos que se podiam verificar as penas aplicadas pelos instrutores (castigos físicos); e também, como era a forma da interação do jovem com seu meio circundante (algazarra, tensões e até brigas entre os alunos), e sua adaptação a este novo lugar. Podemos supor que existia a prática de punições físicas, mas não encontramos escritos relatando explicitamente tais acontecimentos. Verificam-se estratégias impostas pelas condições “favoráveis” ao ensino/vigilância, que contavam com a própria geografia do lugar, favorável à prática panóptica sobre os educandos. Mesmo assim, com todas essas limitações, os alunos se aproveitavam de “ocasiões”, na definição de Certeau, e previam saídas (CERTEAU, 1994, p. 100).

O bom comportamento era analisado através de critérios como linguagem, participações em atividades, atitudes corporais, demonstrando também o contrário, ou seja, o que passou a ser considerado mau comportamento. Para civilizar essas condutas, era preciso professores austeros, com noções de civismo e até certo militarismo nas suas condutas, acompanhados de perto por vigilantes, capatazes e funcionários, que ora custodiavam os menores, ora auxiliavam no ensino, como monitores de turmas.

<sup>6</sup> Inserir as chaves para alterar a citação a ponto de fazer a concordância com o plural, porque “são os jovens que aproveitam as ocasiões”.

A educação com base militarista associava exercícios de infantaria,<sup>7</sup> ginástica sueca e o escotismo, ao ar livre, sendo vista com entusiasmo pelos alunos, na opinião do diretor do patronato, o que positivava a imagem da instituição nos relatórios. Uma disciplina complementava a outra, as ordens e as condutas praticadas pelos toques de corneta, pela voz ativa do líder nas caminhadas, nos passeios e na descoberta do meio circundante da localidade, com suas matas, trilhas e cachoeiras, faziam desses momentos eventos lúdicos, sem perder a conduta que o militarismo aspirava.

Porém, nem todas as atividades ao ar livre eram vistas com bons olhos pelos educandos: os trabalhos agrícolas eram penosos, a repetição de movimentos e a mecanização do fazer não tinham a mesma vivacidade dos exercícios militares. O relatório sobre o ensino da prática agrícola demonstrava o desinteresse geral dos alunos: “quanto ao seu aproveitamento, só direi que a grande maioria tem manifesta e cordial ojeriza pela nobilíssima arte de laborar a terra”, afirma o auxiliar agrônomo (Relatório mensal, 05 de abril de 1920).

Para manter os alunos ordeiros quanto ao ensino da prática agrícola, um artifício extremamente eficiente e prático para essas situações foi utilizado: a vigilância. Este expediente demonstra que entre as táticas empregadas pelos menores estavam gazejar as aulas e até empreender fugas. Por outro lado, as estratégias de vigilância adotadas eram aquelas da polícia, além das adotadas pelo corpo funcional do patronato, como demonstra parte deste relatório: “Aproveito a ocasião para vos pedir o aumento das diárias aos sargentos e anseçadas,<sup>8</sup> como incentivo ao bom desempenho de suas funções de chefes de turmas, proporcionalmente ao posto” (Relatório mensal, 05 de abril de 1920). O encarceramento ao ar livre reconstituiria nos alunos o gosto pelo trabalho

(forçosamente); parafraseando Foucault, buscava-se a transformação da alma e do comportamento dos indivíduos (FOUCAULT, 1987, p. 101).

O Núcleo Colonial Anitápolis, em 1918, tinha uma população estimada em dois mil habitantes, e mantinha uma guarnição da força policial com 30 homens na sua sede. Este contingente era considerável para a pequena localidade,<sup>9</sup> mas devia-se à preocupação dos administradores locais e federais com possíveis revoltas dos menores.<sup>10</sup> Apesar do efetivo considerável da força policial, somado ao quadro de instrutores/vigilantes do Patronato, o controle sobre os educandos era tarefa complicada. A vivência destes menores pelas ruas, e todo tipo de influência “adquirida” nas cidades, principalmente no Rio de Janeiro, de onde a maioria era proveniente, davam a estes indivíduos experiência para lidar com diversas situações, inclusive com o cerceamento e a vigilância impostos pela instituição.

A relação entre Estado e funcionário era circular, uma vez que entre os recursos de que dispunha, o funcionário usava do expediente de prestígio e confiança entre os colonos e imigrantes, não como um indivíduo isolado, mas como representante do Estado brasileiro. O resultado almejado dessa “encenação” era fazer com que os colonos investissem seus capitais e, principalmente, seu trabalho no projeto colonial estatal e que, em última instância, orientasse suas ações pela crença na existência de um centro respeitável: o Estado brasileiro, com seu prestígio, recursos e capacidades (RAMOS, 2003, p. 39).

Para justificar a permanência do Patronato e sua forma de atuação na educação destes jovens, demonstrações foram feitas em público. As datas comemorativas eram os melhores dias para demonstrar o lado disciplinador do Patronato e sua aplicabilidade prática sobre o educando. Mais uma

---

7 “A Infantaria é a mais antiga arma do Exército e geralmente dotada dos maiores efetivos, formada por soldados que podem combater em todos os tipos de terreno e sob quaisquer condições meteorológicas, podendo utilizar variados meios de transporte para serem levados à frente de combate. Sua principal missão é conquistar e manter o terreno, aproveitando a capacidade de progredir em pequenas frações, de difícil detecção e grande mobilidade. A infantaria contemporânea frequentemente emprega o princípio de Fogo e Movimento para atingir uma posição dominante em relação àquela do inimigo. A Infantaria moderna segue uma organização que divide as tropas de infantes agrupando-os em unidades chamadas de divisões, brigadas, batalhões, companhias e pelotões”. In: Infantaria. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Infantaria>. Acesso em: 12 set. 2018.

8 O termo anseçada era uma antiga graduação militar do Exército, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, ocupada por praças entre as graduações de soldado e cabo-de-esquadra. Caiu em desuso no Brasil em meados do século XX. In: Anseçada. Disponível <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anspe%C3%A7ada>. Acesso em: 25 set. 2018.

9 Conforme relatado no Livro Comemorativo do Primeiro Centenário da Força Pública Catarinense, o contingente fixado - a 17 de setembro, pela Lei n. 1.151 para o exercício de 1918, passou a ser composto de um batalhão de infantaria com três companhias e um esquadrão de cavalaria, num total de 420 homens, sendo 21 oficiais e 399 praças, distribuídas da seguinte forma: Esquadrão de Cavalaria, 4 oficiais e 66 praças; Batalhão de Infantaria: Estado Maior, 5 oficiais; Estado Menor, 45 praças e as três companhias com 4 oficiais e 96 praças cada uma. Cf. SILVA, Ildefonso J.; LIMA, José S.; CORDEIRO, Demerval. Livro Comemorativo do Primeiro Centenário da Força Pública de Santa Catarina (1835 - 1935), Florianópolis: [s.n.], p. 57.

10 Na documentação verificou-se o acréscimo de contingente da força policial somente após a instalação do patronato agrícola, outros “problemas” eram geralmente solucionados entre os membros da localidade e a administração local, como por exemplo, os ataques dos indígenas e as possíveis brigas entre vizinhos.

vez, os jornais tornam-se ferramentas essenciais na propagação destas condutas:

Realizar-se-á com grande brilho, nesta localidade, uma grande festa em comemoração a gloriosa data da Proclamação da República.

Os festejos comemorativos são dirigidos pelo Diretor do Patronato Agrícola Anitápolis e Administrador do Núcleo. Será por esta ocasião prodigalizada um dia de alegria aqueles que vivem naquele recanto simpático de S. Catarina.

A festa projetada tem o seu programa desenvolvidíssimo, constando mais ou menos do seguinte:

Às 6 horas do dia 15, os alunos do Patronato, formados em frente ao edifício, em uniforme de dias de gala, farão, ao ser içada a bandeira, as continências do estilo e em seguida cantarão o Hino Nacional.

Às duas horas farão desfile pela praça e ruas da sede e estacionarão na praça, onde haverá distribuição de prêmio e bombons. Haverá também disputas entre eles, em jogos desportivos. (Jornal Município da Palhoça - Palhoça, 06/11/1921, p. 01)

A indisciplina, em nossa análise, era o temor maior. No entanto, além do medo em relação às desordens por parte dos menores instalados no Patronato, havia também casos de intolerância por parte dos moradores do Núcleo com a administração local.

## Considerações finais

Anitápolis como espaço social, deveria ter seu “esquadrinhamento disciplinar”, não só no Patronato Agrícola, mas de maneira geral, pois as formas de se fazer valer como autoridade era muitas vezes pela imposição da força, para que o Estado (ou suas instituições/representações) pudesse ser preservado.

A tentativa de civilizar antigos moradores, tendo o Patronato como símbolo e exemplo desta nova reorganização urbana e social, obtida pelo exemplo dado nas grandes cidades, nos dá a entender

que a intervenção imposta era a forma vista como correta para se proceder. Ao mesmo tempo em que o Patronato podia ser “indesejado” pelos moradores, como uma instituição autoritária e causadora de atritos, era também um estabelecimento “benéfico”, uma vez que empregara moradores locais, independente da nacionalidade, trazendo dividendos para o Núcleo Colonial com a produção de culturas específicas.

Mesmo com todos estes instrumentos, com toda a pedagogia do internar,<sup>11</sup> as fugas e outros tipos de subterfúgios eram usados pelos menores para driblar o sistema imposto pela instituição. Outros elementos deveriam ser associados para a condução e a manutenção desta vigilância: por exemplo, a administração “comprou” a cumplicidade dos moradores do Núcleo Colonial, na busca dos menores fujões, com a obtenção de recompensas.

As táticas e as estratégias adotadas pelos sujeitos (menores) em relação à instituição (patronato) permitem, com base na ótica de Certeau, (1994) a compreensão destas sociabilidades. Segundo o historiador, as estratégias são a manipulação e a operacionalização do poder e, por analogia, seriam as ações da instituição em relação aos internos. Em contrapartida, as táticas seriam a resistência e a apropriação (mediante leituras e interpretações próprias das regras impostas), como numa série de atitudes astuciosas (fugas, gazejar aulas, brigas, etc.). Ao compararmos com o Tempo Presente, nos deparamos com a tênue limitação das crianças e jovens daquele período, e dada as devidas proporções, crianças e jovens nos dias de hoje também passam pelo crivo das instituições de educação, com estratégias e táticas semelhantes.

## Referências

**Anspeçada.** Disponível <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anspe%C3%A7ada>. Acesso em: 25 set. 2018.

ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº. 185, de 04 de outubro de 1919, ao Chefe do 9º Distrito, Delegado em comissão da Diretoria do Serviço de Povoamento, por Edgar Carneiro, Diretor do Núcleo Colonial Anitápolis.

ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº. 4293, endereçado ao Sr. Delegado do Serviço de Povoamento no 9º Distrito, pela Diretoria

<sup>11</sup> Apropriamo-nos deste conceito, pois é “um termo que revela uma prática ou estratégia histórica de instruir, educar e moldar meninos e meninas nas regras do bem viver”. Era praticada em diversos lugares fechados (colégios, seminários, conventos e internatos) com a intenção de educar através da moral e do confinamento, a fim de que não adquirissem os maus hábitos e costumes do mundo exterior. Cf. CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. A pedagogia de internar: Uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE (1934-1967). Dissertação de Mestrado em Educação. Sergipe: UFS, 2007, p. 27.



do Serviço de Povoamento (MAIC), em 11 de agosto de 1922.

ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Relatório mensal apresentado em 05 de abril de 1920, ao diretor do Patronato Agrícola de Anitápolis, pelo auxiliar agrônomo Araújo Videira, alusivo ao mês de março de 1920.

ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Relatório mensal apresentado em 16 de março de 1922, ao Diretor do Patronato Agrícola de Anitápolis, pelo professor Hugo de Figueiredo, alusivo ao mês de fevereiro de 1922.

ARQUIVO NACIONAL - Fundo IJ6 (663): Série Justiça, Subsérie Polícia - Patronatos.

BOEIRA, Daniel Alves. **Os dez primeiros anos do Núcleo Colonial Anitápolis (1907-1917)**. Monografia (Graduação em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

-----  
**Uma “solução” para a menoridade na Primeira República:** o caso do Patronato Agrícola de Anitápolis/SC (1918-1930). Florianópolis, 2012, 140 f. Dissertação de Mestrado em História. Universidade do Estado de Santa Catarina.

-----  
Modernidade e criminalidade na Primeira República: os patronatos agrícolas e a ressocialização da delinquência juvenil (Santa Catarina, 1918-1930). In: AREND, Silvia M. F. et al (Org.). **Infâncias brasileiras: experiências e discursos**. Cascavel: Ed. UNIOESTE, 2009.

BRASIL, DECRETO N. 12.893, 28 de fevereiro de 1918. Disponível em: [http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=12893&tipo\\_norma=DEC&data=19180228&link=s](http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=12893&tipo_norma=DEC&data=19180228&link=s). Acesso em: 04 out. 2018.

BRASIL. DECRETO N. 17.943-A, 12 de outubro de 1927. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/D17943Aimpressao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943Aimpressao.htm) Acesso em: 01 de outubro de 2018.

BULCÃO, Ana Lúcia Eppinghaus. **Meninos maiores**. O conflito da menoridade e maioridade no Rio de Janeiro entre 1890 e 1927. Dissertação (Mestrado em História) - IFCS/UFRJ, 1992.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **A pedagogia de internar:** Uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE (1934-1967). Dissertação de Mestrado em Educação. Sergipe: UFS, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** Nascimento da prisão. Niterói: Vozes, 1987.

**Infantaria.** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Infantaria> Acesso em: 12 set. 2018.

Jornal Município da Palhoça - Palhoça, 06/11/1921.

MORELLI, Ailton José. **A criança, o menor e a lei:** uma discussão em torno do atendimento infantil e da noção de inimputabilidade. Dissertação (Mestrado em História), UNESP, Assis, 1996.

OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. **Formar cidadãos úteis:** os patronatos agrícolas e a infância pobre na Primeira República. Bragança Paulista: EDUSE, 2003.

RAMOS, Jair de Souza. O poder de domar do fraco: construção de autoridade pública e técnicas de poder tutelar as políticas de imigração e colonização do serviço de povoamento do solo nacional, do Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 19, julho de 2003.

SILVA, Ildefonso J.; LIMA, José S.; CORDEIRO, Demerval. Livro **Commemorativo do Primeiro Centenário da Força Pública de Santa Catarina (1835 – 1935)**, Florianópolis: [s.n.].

VIANNA, Adriana de R. B. **O mal que se adivinha:** polícia e menoridade no Rio de Janeiro, 1910 - 1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.